

**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIREITO E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL (V CIDIA)**

**STARTUPS E EMPREENDEDORISMO DE BASE
TECNOLÓGICA**

S796

Startups e empreendedorismo de base tecnológica [Recurso eletrônico on-line] organização V Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (V CIDIA): Skema Business School – Belo Horizonte;

Coordenadores: Laurence Duarte Araújo Pereira, Maria Cláudia Viana Hissa Dias do Vale Gangana e Luiz Felipe Vieira de Siqueira – Belo Horizonte: Skema Business School, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-927-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Mercados globais e empreendedorismo a partir do desenvolvimento algorítmico.

1. Inovação. 2. Financiamento. 3. Escalabilidade. I. V Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (1:2024 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

skema
BUSINESS SCHOOL

LAW SCHOOL
FOR BUSINESS

V CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (V CIDIA)

STARTUPS E EMPREENDEDORISMO DE BASE TECNOLÓGICA

Apresentação

A SKEMA Business School é uma organização francesa sem fins lucrativos, com presença em seis países diferentes ao redor do mundo (França, EUA, China, Brasil e África do Sul e Canadá) e detentora de três prestigiadas creditações internacionais (AMBA, EQUIS e AACSB), refletindo seu compromisso com a pesquisa de alta qualidade na economia do conhecimento. A SKEMA reconhece que, em um mundo cada vez mais digital, é essencial adotar uma abordagem transdisciplinar.

Cumprindo esse propósito, o V Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (V CIDIA), realizado nos dias 6 e 7 de junho de 2024, em formato híbrido, manteve-se como o principal evento acadêmico sediado no Brasil com o propósito de fomentar ricas discussões sobre as diversas interseções entre o direito e a inteligência artificial. O evento, que teve como tema central "Mercados Globais e Empreendedorismo a partir do Desenvolvimento Algorítmico", contou com a presença de renomados especialistas nacionais e internacionais, que abordaram temas de relevância crescente no cenário jurídico contemporâneo.

Profissionais e estudantes dos cursos de Direito, Administração, Economia, Ciência de Dados, Ciência da Computação, entre outros, tiveram a oportunidade de se conectar e compartilhar conhecimentos, promovendo um ambiente de rica troca intelectual. O V CIDIA contou com a participação de acadêmicos e profissionais provenientes de diversas regiões do Brasil e do exterior. Entre os estados brasileiros representados, estavam: Pará (PA), Amazonas (AM), Minas Gerais (MG), Ceará (CE), Rio Grande do Sul (RS), Paraíba (PB), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Alagoas (AL), Maranhão (MA), Santa Catarina (SC), Pernambuco (PE), e o Distrito Federal (DF). Além disso, o evento contou com a adesão de participantes internacionais, incluindo representantes de Portugal, França, Itália e Canadá, destacando a amplitude e o alcance global do congresso. Este encontro plural reforçou a importância da colaboração inter-regional e internacional na discussão dos temas relacionados ao desenvolvimento algorítmico e suas implicações nos mercados globais e no empreendedorismo.

Foram discutidos assuntos variados, desde a regulamentação da inteligência artificial até as novas perspectivas de negócios e inovação, destacando como os algoritmos estão remodelando setores tradicionais e impulsionando a criação de empresas inovadoras. Com

uma programação abrangente, o congresso proporcionou um espaço vital para discutir os desafios e oportunidades que emergem com o desenvolvimento algorítmico, reforçando a importância de uma abordagem jurídica e ética robusta nesse contexto em constante evolução.

A jornada teve início no dia 6 de junho com a conferência de abertura ministrada pela Professora Dr^a. Margherita Pagani, do SKEMA Centre for Artificial Intelligence, campus de Paris, França. Com o tema "Impacts of AI on Business Transformation", Pagani destacou os efeitos transformadores da inteligência artificial nos negócios, ressaltando seu impacto no comportamento do consumidor e nas estratégias de marketing em mídias sociais. O debate foi enriquecido pela participação do Professor Dr. José Luiz de Moura Faleiros Jr., da SKEMA Law School, campus de Belo Horizonte, Brasil, que trouxe reflexões críticas sobre o tema.

Após um breve intervalo, o evento retomou com o primeiro painel, intitulado "Panorama global da Inteligência Artificial". O Professor Dr. Manuel David Masseno, do Instituto Politécnico de Beja, Portugal, apresentou uma análise detalhada sobre as "práticas de IA proibidas" no novo Regulamento de Inteligência Artificial da União Europeia, explorando os limites da dignidade humana frente às novas tecnologias. Em seguida, o Professor Dr. Steve Ataky, da SKEMA Business School, campus de Montreal, Canadá, discutiu as capacidades, aplicações e potenciais futuros da IA com geração aumentada por recuperação, destacando as inovações no campo da visão computacional.

No período da tarde foram realizados grupos de trabalho que contaram com a apresentação de mais de 40 trabalhos acadêmicos relacionados à temática do evento. Com isso, o primeiro dia foi encerrado, após intensas discussões e troca de ideias que estabeleceram um panorama abrangente das tendências e desafios da inteligência artificial em nível global.

O segundo dia de atividades começou com o segundo painel temático, que abordou "Mercados globais e inteligência artificial". O Professor Dr. Edgar Gastón Jacobs Flores Filho, da SKEMA Law School, campus de Belo Horizonte, Brasil, apresentou um panorama da regulação da IA no Brasil, enquanto o Professor Dr. Fischer Stefan Meira, da SKEMA Business School, campus de Belo Horizonte, Brasil, explorou as perspectivas e desafios do desenvolvimento algorítmico.

Após breve intervalo, o terceiro painel teve início às 10:00h, focando em "Contratos, concorrência e inteligência artificial". O Professor Dr. Frédéric Marty, da Université Côte d'Azur, França, discutiu a "colusão por algoritmos", um fenômeno emergente nas políticas de concorrência, enquanto o Professor Dr. Bernardo de Azevedo e Souza, da Universidade do

Vale do Rio dos Sinos, Brasil, trouxe novas perspectivas para o empreendedorismo jurídico. A Professora Ms. Lorena Muniz e Castro Lage, SKEMA Law School, campus de Belo Horizonte, Brasil, completou o painel abordando as interseções entre startups e inteligência artificial, destacando os desafios e oportunidades para empresas inovadoras.

Durante a tarde, uma nova rodada de apresentações nos grupos de trabalho se seguiu, com 35 trabalhos acadêmicos relacionados à temática do evento sendo abordados para ilustrar a pujança do debate em torno do assunto. O segundo dia foi encerrado consolidando a importância do debate sobre a regulação e a aplicação da inteligência artificial em diferentes setores.

Como dito, o evento contou com apresentações de resumos expandidos em diversos Grupos de Trabalho (GTs), realizados on-line nas tardes dos dias 6 e 7 de junho. Os GTs tiveram os seguintes eixos de discussão, sob coordenação de renomados especialistas nos respectivos campos de pesquisa:

- a) Startups e Empreendedorismo de Base Tecnológica – Coordenado por Laurence Duarte Araújo Pereira, Maria Cláudia Viana Hissa Dias do Vale Gangana e Luiz Felipe Vieira de Siqueira.
- b) Jurimetria Cibernética Jurídica e Ciência de Dados – Coordenado por Arthur Salles de Paula Moreira, Isabela Campos Vidigal Martins e Gabriel Ribeiro de Lima.
- c) Decisões Automatizadas e Gestão Empresarial – Coordenado por Yago Aparecido Oliveira Santos, Pedro Gabriel Romanini Turra e Allan Fuezi de Moura Barbosa.
- d) Algoritmos, Modelos de Linguagem e Propriedade Intelectual – Coordenado por Vinicius de Negreiros Calado, Guilherme Mucelin e Agatha Gonçalves Santana.
- e) Regulação da Inteligência Artificial – I – Coordenado por Tainá Aguiar Junquillo, Paula Guedes Fernandes da Silva e Fernanda Ribeiro.
- f) Regulação da Inteligência Artificial – II – Coordenado por João Alexandre Silva Alves Guimarães, Ana Júlia Guimarães e Erick Hitoshi Guimarães Makiya.
- g) Regulação da Inteligência Artificial – III – Coordenado por Gabriel Oliveira de Aguiar Borges, Matheus Antes Schwede e Luiz Felipe de Freitas Cordeiro.

h) Inteligência Artificial, Mercados Globais e Contratos – Coordenado por Fernanda Sathler Rocha Franco, Gabriel Fraga Hamester e Victor Willcox.

i) Privacidade, Proteção de Dados Pessoais e Negócios Inovadores – Coordenado por Guilherme Spillari Costa, Dineia Anziliero Dal Pizzol e Evaldo Osorio Hackmann.

j) Empresa, Tecnologia e Sustentabilidade – Coordenado por Marcia Andrea Bühring, Jessica Mello Tahim e Angélica Cerdotes.

Cada GT proporcionou um espaço de diálogo e troca de experiências entre pesquisadores e profissionais, contribuindo para o avanço das discussões sobre a aplicação da inteligência artificial no direito e em outros campos relacionados.

Um sucesso desse porte não seria possível sem o apoio institucional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI, que desde a primeira edição do evento provê uma parceria sólida e indispensável ao seu sucesso. A colaboração contínua do CONPEDI tem sido fundamental para a organização e realização deste congresso, assegurando a qualidade e a relevância dos debates promovidos. Além disso, um elogio especial deve ser feito ao trabalho do Professor Dr. Caio Augusto Souza Lara, que participou da coordenação científica das edições precedentes. Seu legado e dedicação destacam a importância do congresso e contribuem para consolidar sua reputação como um evento de referência na intersecção entre direito e inteligência artificial.

Por fim, o V Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial foi, sem dúvida, um marco importante para a comunidade acadêmica e profissional, fomentando debates essenciais sobre a evolução tecnológica e suas implicações jurídicas.

Expressamos nossos agradecimentos às pesquisadoras e aos pesquisadores por sua inestimável contribuição e desejamos a todos uma leitura excelente e proveitosa!

Belo Horizonte-MG, 10 de julho de 2024.

Prof^a. Dr^a. Geneviève Daniele Lucienne Dutrait Poulingue

Reitora – SKEMA Business School - Campus Belo Horizonte

Prof. Ms. Dorival Guimarães Pereira Júnior

Coordenador do Curso de Direito – SKEMA Law School

Prof. Dr. Edgar Gastón Jacobs Flores Filho

Coordenador da Pós-Graduação da SKEMA Law School

Prof. Dr. José Luiz de Moura Faleiros Júnior

Coordenador de Pesquisa – SKEMA Law School

PROJETO PILOTO DE UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMA VIRTUAL PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

PILOT PROJECT FOR THE USE OF A VIRTUAL PLATFORM FOR PUBLIC POLICY MAKING: EXPERIENCE OF THE MUNICIPALITY OF PORTO ALEGRE

Susanna Schwantes ¹

Resumo

Este artigo analisa um projeto piloto em Porto Alegre com a Plataforma CHESI para criar uma política de cidade educadora, ressaltando o empreendedorismo tecnológico na gestão de políticas públicas. Focando em inclusão, diversidade e participação cidadã, engajou diversos stakeholders. Revela que tecnologia e estratégias de engajamento podem ampliar a participação cidadã, promovendo governança mais inclusiva e democrática. Sugere pesquisas futuras em engajamento, medição de impacto, educação cívica digital, adaptação tecnológica e governança colaborativa, propondo um modelo replicável para outras cidades.

Palavras-chave: Empreendedorismo tecnológico, Cidade educadora, Participação cidadã, Inclusão digital, Políticas públicas, Plataforma chesi

Abstract/Resumen/Résumé

This article examines a pilot project in Porto Alegre using the CHESI Platform to create an educational city policy, highlighting technological entrepreneurship in public policy management. Focusing on inclusion, diversity, and citizen participation, it engaged various stakeholders. It reveals that technology and engagement strategies can significantly increase citizen participation, promoting more inclusive and democratic governance. It suggests future research in engagement, impact measurement, digital civic education, technological adaptation, and collaborative governance, proposing a replicable model for other cities.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Technological entrepreneurship, Educating city, Citizen participation, Digital inclusion, Public policies, Chesi platform

¹ Mestre em direito socioambiental, consultora de cidades educadoras, pacificadora social.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o empreendedorismo de base tecnológica emergiu como uma força transformadora em vários setores da sociedade, impulsionando inovações que transcendem os métodos tradicionais de governança e gestão de políticas públicas. Esta evolução é marcada pela adoção crescente de plataformas virtuais que facilitam uma interação mais dinâmica e direta entre governos e cidadãos, refletindo uma mudança paradigmática na forma como as políticas públicas são concebidas, desenvolvidas e implementadas. Como destacado por Shirky (2011), "a tecnologia digital está transformando radicalmente a interação entre cidadãos e governos, possibilitando uma participação mais ampla e direta nas decisões políticas". Este fenômeno evidencia não apenas a democratização do acesso à informação, mas também a emergência de um novo espaço público digital, onde a co-criação de soluções para desafios urbanos se torna possível através da colaboração entre diferentes atores da sociedade.

A metodologia adotada no projeto piloto de Porto Alegre para a construção de uma política pública de cidade educadora reflete um compromisso profundo com a inclusão, a diversidade e a participação cidadã ativa. Inspirado pelos princípios articulados por Fung (2006), que argumenta que "a participação cidadã em processos de governança pode ser significativamente ampliada com o uso estratégico de tecnologias digitais, promovendo uma democracia mais ativa e engajada", o projeto foi meticulosamente estruturado para maximizar o engajamento e a contribuição de uma ampla gama de stakeholders.

METODLOGIA

O projeto foi dividido em várias fases críticas, começando com a sensibilização e mobilização de diferentes segmentos da sociedade. Esta etapa inicial foi crucial para garantir que uma diversidade de vozes fosse ouvida, refletindo o modelo paritário dos Conselhos Municipais. Essa abordagem assegurou que metade dos participantes viesse do poder público e a outra metade da sociedade organizada, incluindo Organizações Sociais, Instituições de Ensino, empresas e cidadãos individuais. Tal composição visava não apenas a equidade na representação, mas também a riqueza na diversidade de perspectivas e experiências.

A seleção e mobilização dos participantes foram conduzidas com um foco intenso em diversidade e inclusão. Foram empregadas estratégias de comunicação abrangentes para

alcançar uma ampla gama de grupos, garantindo que todos os setores da comunidade tivessem a oportunidade de participar. A mobilização se deu através de canais digitais, mídia local e parcerias com organizações comunitárias, visando alcançar um público diversificado em termos de idade, gênero, etnia e background socioeconômico.

A aplicação da Plataforma CHESI para coletar inputs dos participantes foi um elemento chave da metodologia. A plataforma permitiu a formulação de perguntas baseadas nos princípios da Carta das Cidades Educadoras, facilitando um processo de discussão e elaboração coletiva de propostas. A tecnologia desempenhou um papel fundamental em tornar o processo participativo mais acessível e eficiente, permitindo a participação através de oficinas de 20 horas realizadas de forma presencial, mas apoiadas por recursos virtuais que proporcionaram resultados instantâneos das respostas e decisões construídas.

As oficinas foram projetadas para serem espaços de diálogo aberto e colaborativo, onde os participantes puderam discutir, debater e co-criar propostas para a política pública. A sistematização dos resultados dessas oficinas foi um passo crucial para a formulação final da política, assegurando que todas as contribuições fossem consideradas e integradas no documento final. Este processo não só garantiu a transparência e a inclusão, mas também valorizou cada contribuição individual no desenvolvimento da política pública de Cidade Educadora.

A metodologia adotada neste projeto piloto reflete um entendimento profundo da importância da tecnologia como facilitadora da participação democrática e da co-criação de políticas públicas. Alinhando-se com as observações de Fung (2006), o projeto demonstrou como o uso estratégico de plataformas digitais pode ampliar significativamente a participação cidadã, promovendo uma governança mais inclusiva, diversa e engajada.

O empreendedorismo de base tecnológica, portanto, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para a inovação em diversos setores, especialmente na construção de políticas públicas. A utilização de plataformas virtuais para engajar cidadãos na construção de políticas públicas representa uma abordagem inovadora, capaz de promover a participação democrática e a co-criação de soluções para desafios urbanos. Essas plataformas oferecem meios para que os cidadãos não apenas expressem suas opiniões e necessidades, mas também contribuam ativamente para o processo de formulação de políticas, trazendo suas experiências, conhecimentos e soluções para a mesa de discussão.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A ampliação dos resultados obtidos com a utilização da Plataforma CHESI no projeto piloto de Porto Alegre revela impactos significativos na inclusão digital e na educação para a cidadania, alinhando-se com as observações de Bennett, Wells, e Rank (2009), que destacam o potencial das plataformas digitais como ferramentas poderosas para educar e engajar cidadãos, especialmente jovens, em processos políticos. Este projeto não apenas corroborou essa visão, mas também ofereceu insights práticos sobre como a tecnologia pode ser empregada para fomentar uma participação mais ativa e informada na vida pública.

A Plataforma CHESI desempenhou um papel crucial na democratização do acesso à informação e na facilitação da inclusão digital. Por meio de sua interface intuitiva e recursos acessíveis, indivíduos de diversas faixas etárias e níveis de habilidade digital puderam contribuir para o processo de formulação de políticas. Um exemplo específico dessa inclusão foi a participação ativa de grupos de idosos, que, apesar de inicialmente relutantes em usar a tecnologia, foram capazes de contribuir com suas perspectivas valiosas sobre a educação intergeracional na cidade. Isso foi possível graças a sessões de treinamento e suporte técnico oferecidos como parte do projeto, garantindo que a barreira digital não impedisse a participação.

Além de promover a inclusão digital, a Plataforma CHESI serviu como uma ferramenta educativa, engajando os participantes em questões de cidadania democrática e global. Um dos recursos mais inovadores da plataforma foi a utilização de simulações interativas que permitiram aos participantes explorar as consequências de diferentes políticas públicas em um ambiente virtual. Essas simulações ajudaram especialmente os jovens a compreender a complexidade das decisões políticas e o impacto dessas decisões na vida cotidiana da comunidade. Por exemplo, uma simulação envolveu a gestão de recursos educacionais em diferentes bairros da cidade, desafiando os participantes a considerar questões de equidade e acessibilidade.

As contribuições dos participantes, facilitadas pela Plataforma CHESI, foram fundamentais para a elaboração de diretrizes que refletem as necessidades e aspirações da comunidade. Um exemplo notável foi a proposta de criação de "pontos de encontro educativos" em áreas públicas, sugerida por jovens participantes. Esses espaços seriam equipados com tecnologia interativa e recursos educacionais, promovendo a

aprendizagem informal e o engajamento comunitário fora do ambiente escolar tradicional. Essa ideia surgiu da discussão sobre como transformar espaços urbanos em ambientes de aprendizagem, demonstrando o potencial da co-criação de políticas públicas quando cidadãos de todas as idades são empoderados para participar.

Os resultados do projeto piloto de Porto Alegre evidenciam o poder das plataformas digitais, como a Plataforma CHESI, em promover a inclusão digital e a educação para a cidadania, alinhando-se com as observações de Bennett, Wells, e Rank (2009). Ao facilitar contribuições significativas de uma ampla gama de cidadãos, o projeto não apenas enriqueceu o processo de formulação de políticas públicas, mas também fortaleceu o tecido democrático da cidade, preparando o terreno para uma governança mais participativa, inclusiva e educativa.

A experiência de Porto Alegre com o uso da Plataforma CHESI para a construção de políticas públicas oferece insights valiosos sobre o potencial e os desafios do empreendedorismo de base tecnológica no setor público. Este caso ilustra a complexidade de engajar efetivamente os cidadãos na co-criação de políticas públicas, um desafio que não é exclusivo de Porto Alegre, mas compartilhado por muitas outras cidades ao redor do mundo que buscam incorporar tecnologias digitais em processos democráticos.

Um dos principais desafios enfrentados em Porto Alegre foi garantir um engajamento cívico efetivo. Conforme Bakardjieva (2009) argumenta, "a tecnologia por si só não garante engajamento cívico efetivo; estratégias deliberadas para facilitar a participação são cruciais". Este insight é fundamental para entender que, embora a Plataforma CHESI tenha oferecido uma nova via para a participação cidadã, a simples disponibilidade de uma plataforma digital não é suficiente para assegurar a participação ativa e significativa dos cidadãos. A experiência de Porto Alegre reforça a necessidade de combinar tecnologias digitais com estratégias de engajamento que motivem e capacitem os cidadãos a contribuir para o processo de formulação de políticas.

Além disso, a integração de diferentes visões e interesses emergiu como um desafio significativo. A diversidade de opiniões e a necessidade de alcançar um consenso entre os participantes destacaram a importância de mecanismos de mediação e facilitação dentro da plataforma, bem como fora dela, para garantir que todas as vozes fossem ouvidas e valorizadas.

Apesar desses desafios, o projeto também revelou oportunidades importantes. A capacidade de adaptar a Plataforma CHESI às necessidades específicas do projeto de Porto Alegre demonstrou a flexibilidade das tecnologias digitais em apoiar processos democráticos. Esta adaptabilidade é crucial para o desenvolvimento de soluções tecnológicas que possam atender às variadas demandas de diferentes contextos urbanos e políticos.

A experiência de Porto Alegre, comparada com casos similares em outras cidades, como a utilização de plataformas digitais em Barcelona para engajar cidadãos na co-criação do plano municipal, destaca a universalidade dos desafios e oportunidades no uso da tecnologia para a democracia participativa. Ambos os casos sublinham a importância de estratégias de engajamento bem planejadas e a necessidade de adaptar as ferramentas tecnológicas para atender às expectativas e necessidades dos cidadãos.

A análise da experiência de Porto Alegre, fundamentada pela perspectiva de Bakardjieva (2009), reforça a compreensão de que a tecnologia é uma ferramenta, não uma solução por si só. Para que o empreendedorismo de base tecnológica tenha sucesso na construção de políticas públicas inclusivas e participativas, é essencial que as estratégias de engajamento cívico sejam cuidadosamente planejadas e implementadas. Isso envolve não apenas o design de plataformas digitais que sejam acessíveis e fáceis de usar, mas também a criação de processos que incentivem a participação ativa, a educação cívica e a integração de diversas perspectivas. A experiência de Porto Alegre oferece um modelo valioso para outras cidades que buscam utilizar a tecnologia para fortalecer a democracia participativa, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades inerentes a este empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do estudo sobre o projeto piloto de Porto Alegre sublinha a relevância crítica deste empreendimento no contexto mais amplo do desenvolvimento de cidades educadoras e da promoção da democracia participativa. Através da implementação inovadora da Plataforma CHESI, Porto Alegre não apenas avançou na construção de uma política pública inclusiva e participativa, mas também demonstrou o potencial transformador do empreendedorismo tecnológico no setor público. Este projeto piloto, portanto, não só atende às necessidades imediatas da comunidade local, mas também

contribui para o debate global sobre a importância de cidades educadoras na formação de cidadãos engajados e informados.

Conforme Putnam (2000) enfatiza, "a construção de uma comunidade engajada e educada é fundamental para a sustentabilidade de democracias vibrantes". Este princípio ressoa profundamente com os objetivos e resultados do projeto de Porto Alegre, reiterando a necessidade de investir em iniciativas que fortaleçam o tecido social e democrático das cidades. Através da educação cívica e do engajamento participativo, é possível cultivar uma cidadania ativa que esteja bem equipada para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para o bem-estar coletivo.

Diante dos insights obtidos com este projeto, várias linhas de pesquisa e aplicação prática se apresentam para aprofundar o entendimento e expandir o impacto de iniciativas semelhantes:

Estratégias de Engajamento: Investigar métodos eficazes para motivar a participação cidadã em plataformas digitais, especialmente entre grupos historicamente sub-representados, para garantir uma diversidade de vozes no processo de formulação de políticas.

Medição de Impacto: Desenvolver metodologias robustas para avaliar o impacto de políticas públicas co-criadas através de plataformas digitais, focando tanto nos resultados quantitativos quanto qualitativos.

Educação Cívica Digital: Explorar o potencial das tecnologias digitais para a educação cívica, especialmente em contextos escolares, preparando os jovens para uma participação ativa e informada na vida pública.

Adaptação Tecnológica: Estudar a adaptação de ferramentas tecnológicas a diferentes contextos culturais e políticos, identificando fatores que facilitam ou impedem a adoção de inovações digitais em processos democráticos.

Governança Colaborativa: Analisar modelos de governança que promovam a colaboração entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, para a implementação eficaz de políticas públicas co-criadas.

Este estudo de caso de Porto Alegre oferece um modelo replicável e adaptável que pode inspirar outras cidades a explorar o uso de tecnologias inovadoras na gestão pública. Ao fazer isso, essas cidades não apenas abraçam a inovação tecnológica, mas também se

comprometem com a construção de comunidades mais engajadas, educadas e democráticas. A jornada de Porto Alegre reafirma a crença de que a colaboração entre cidadãos e governos, mediada por tecnologias digitais, é um caminho promissor para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de cidades educadoras em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Carta das Cidades Educadoras.

Prefeitura de Porto Alegre. Relatório de Implementação da Política Pública de Cidade Educadora.

Bakardjieva, M. (2005). *Internet Society: The Internet in Everyday Life*. Califórnia. Sage Publications Ltd Editora.

Bennett, W. L., Wells, C., & Rank, A. (2009). *Jovens cidadãos e aprendizagem cívica: dois paradigmas de cidadania na era digital*. Rio de Janeiro. Estudos de Cidadania.

MARTINS, Simone; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; LAGE, Mariana; Luísa da Costa. Análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas à luz dos Relatórios de Fiscalização Controladoria Geral da União APGS, Viçosa, MG, v. 4, n. 2, p. 221-45, abr./jun. 2012.

MARTINS, Simone. *O exercício da democracia em Conselhos de Políticas Públicas 2015*. 373p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-79, maio/jun. 2008.

NESHKOVA, Milena I. Does agency autonomy fosters public participation? *Public Administration Review*, v. 74, n. 1, p. 64-74, jan./fev. 2014.

Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.

Shirky, C. (2011). *A Cultura da Participação: Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado*. Rio de Janeiro: Zahar.